

Tancredo apóia a ação popular

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente eleito Tancredo Neves comentou com seus assessores diretos que considera uma boa iniciativa a proposição de uma ação popular para anular a nomeação de 1.554 funcionários para o Congresso, sem concurso, efetivada há dias pelo senador Moacyr Dalla, incluindo no "trem da alegria" vários apaniguados e parentes de parlamentares. A ação popular será proposta pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) que já obteve apoio de dezenas de parlamentares, enviou ofício ao senador Dalla solicitando todas as informações sobre as recentes nomeações e as precedentes, e que baseará sua ação na Justiça, com base no artigo 153 da Constituição.

O presidente eleito Tancredo Neves observou que o ato de Dalla é inadmissível no momento em que o Legislativo está prestes a recuperar seus poderes e a democracia a se consolidar, e elogiou a iniciativa da ação popular porque ele, como presidente da República, não poderia tomar nenhuma atitude, tendo em vista a independência dos poderes. No entanto, Tancredo reconheceu, conforme um assessor de sua inteira confiança, que a atitude do senador Dalla compromete a moralidade da vida pública do país e constitui um lamentável legado para seu governo, além de comprometer a imagem do Parlamento.

Os senadores Fernando Henrique Cardoso, Pedro Simon e Severo Gomes, entre outros, estão articulando um movimento para condicionar o apoio dos senadores aos candidatos à presidência do Congresso unicamente àquele que se comprometer, pública e expressamente, a anular as nomeações consumadas por Dalla. Caso contrário, consideram que a instituição ficará perigosamente marcada perante a sociedade brasileira pela impunidade de atos ilegais, quando seus integrantes costumam criticar os abusos praticados pelo Executivo.

Mais de 50 parlamentares de posições políticas diversas como Herbert Levy, Manoel Costa Júnior e Bete Mendes, entre outros, apóiam a ação popular de Cristina Tavares, que somente nesta semana recebeu mais de cem telegramas de solidariedade de sindicatos e entidades classistas, estimulando seu esforço para a revogação dos atos de favoritismo e clientelismo do senador Moacyr Dalla. O presidente do Congresso tem dez dias, a partir de ontem, para responder o requerimento de informações de Cristina Tavares, a partir do qual a deputada ingressará na Justiça para obter a declaração judicial de nulidade dos atos lesivos ao Erádio público, praticados pela presidência e pela Mesa do Senado.

O requerimento da deputada pede a relação nominal de todos os servidores do Senado com funções e remunerações especificadas, contratados desde 1982, bem como os postos à disposição de órgãos da administração federal direta e indireta; atos que efetivaram ou deram estabilidade a qualquer servidor, bem como editais e resultados dos concursos públicos internos ou externos para preenchimento de cargos. Os detalhes são solicitados porque os patrocinadores do empreguismo no Congresso se utilizam de vários artifícios para transformar celetistas em estatutários e conceder vantagens e promoções no quadro permanente.

Os parlamentares que se organizam para evitar a desmoralização do Legislativo consideram também lesiva à imagem da instituição a contratação indiscriminada de jornalistas, por considerar que tal atitude sugere tentativa de acumplicimento de uma classe que teria como uma das obrigações profissionais a denúncia de abusos na administração pública. E lembram que alguns jornalistas que entraram no "trem da alegria do maquinista Moacyr Dalla" já foram demitidos por suas empresas, em nome da credibilidade e independência profissionais. Ressalte-se que Dalla nomeou até colunista social, sua filha, seu namoradinho, filhos e espo-

sas de parlamentares, numa orgia que até agora não se dignou a dar uma explicação sequer.

Mas o senador Pedro Simon (PMDB-ES), por exemplo, resistiu a dezenas de pedidos insistentes para nomeação, e ainda agüentou quase uma hora de argumentos da filha do deputado Flávio Marcílio, mantendo sua posição contrária às nomeações. Os parlamentares preocupados com a imagem do Congresso diante do empreguismo desenfreado lembram que há meses houve concurso para 150 vagas de datilógrafos, candidataram-se cerca de 40 mil pessoas e as vagas foram preenchidas depois, misteriosamente. No ano passado, houve concurso para 22 vagas de assessor parlamentar, efetuado sob a supervisão da Universidade de Brasília, mas nenhum dos aprovados foi ainda nomeado. Os deputados rebeldes ao empreguismo têm sofrido ameaças da estrutura administrativa que comanda o Congresso há décadas, e impede a renovação dos dirigentes administrativos das duas Casas. Quando Néson Marchezan presidiu a Câmara tentou demitir o secretário da Mesa, Paulo Afonso Martins, mas não conseguiu, tal a sua força na "Casanova" do Legislativo. Outros parlamentares lembram uma curiosidade perigosa:

O chefe do Serviço de Documentação da Câmara, Aristeu Gonçalves de Melo, é ex-sargento do Exército e foi indicado pelo ex-ministro Golbery do Couto e Silva. Paulo Afonso, fiel escudeiro de Flávio Marcílio, foi um dos maiores aliciadores de votos para Maluf no Congresso.

Já considerado derrotado em sua pretensão de ser presidente do Congresso, por ter colocado seu filho no "trem da alegria", o senador Humberto Lucena mandou carta a todos os parlamentares comunicando que Humberto jr. era contratado a título precário pela CLT, mas mesmo assim solicitou agora sua imediata rescisão do contrato para o Centro Gráfico do Senado.